

A construção de si: trajetória de Lúcia Braga e suas narrativas se si

Dayanny Rodrigues¹

The construction of oneself: the trajectory of Lúcia Braga and its narratives

82



Resumo

Nas últimas décadas os “escritos sobre si”, ou “atos biográficos” vem sendo crescentemente valorizados no campo da produção historiográfica. Além de enxergados enquanto valiosas fontes históricas, esses escritos podem e passaram a ser abordados enquanto objetos da História. Este estudo teve por finalidade analisar o processo de construção de si, protagonizado pela ex-primeira-dama paraibana, Lúcia Braga. Por meio da análise de dois livros autobiográficos, *Tempo de viver, tempo de contar* (1996) e *A Casa da Palmeira* (2009), buscamos compreender como a personalidade se auto representa, quais as imagens que ela busca transmitir ao público, e como ela se posicionou frente aos eventos e aos acontecimentos políticos narrados por ela.

Palavras-chave: Escrita de si; Lúcia Braga; Política.

Abstract

In the last decades the “written about you”, or “acts biographical” is being increasingly valued in the field of production historiographical. In addition to enxergados as valuable historical sources, these writings can and began to be discussed as objects of History. This study aims to analyze the process of construction itself, played by ex-first lady of paraiba, Lucia Braga. Through analysis of two autobiographical books, *a Time to live, time to tell* (1996) and *The Palm House* (2009), we will seek to understand how personality, the self is, what the images that it seeks to convey to the public, and as she stood in front of the events and political events narrated by her.

Keywords: Writing of himself; Lucia Braga; politics.

1 Doutoranda em História – UFCG; Mestra em História- UFPB; Especialista em História do Brasil e da Paraíba – FIP e Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE) – UFPB.
E-mail: dayannydeyse@hotmail.com

A construção de si: trajetória de Lúcia Braga e suas narrativas de si

a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. (...) O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 14)².

No prólogo da coletânea “Escrita de si, escrita da História”³, Ângela de Castro Gomes destaca a subjetividade presente nos “atos autobiográficos” ressaltando que, para os historiadores, a riqueza dessa documentação não se encontra nas verdades que ela oferece, mas na possibilidade de se compreender a relação autor/narrativa/eventos.

Vale destacar que apesar deste tipo de escrita ter sido usado como fonte pelos historiadores anteriormente, apenas recentemente passaram a ser considerados fontes privilegiadas de análise, bem como objetos da pesquisa histórica. Esse processo de valorização resultou das transformações na prática historiográfica advindas da consolidação da História Cultural. Também com o processo de renovação da história política; o que era entendido enquanto fonte também foi repensado, alargando seus horizontes, proporcionando uma maior possibilidade de usos e apropriações⁴.

O trabalho de crítica documental exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário, como qualquer outra fonte de análise historiográfica. No entanto, deve-se levar em conta algumas características próprias da escrita autobiográfica, ou como Gomes (2004) denomina, “escrita de si”, como por exemplo as relações do texto com quem o escreve e suas motivações, objetivos e perspectivas na construção do “eu”⁵.

2 GOMES, A. C. (Org.). Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

3 GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

4 Sobre a História Política ver: BERNSTEIN, Serge. “A Cultura política”. In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOUX, Jean-Pierre (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349 – 364; FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005; RÉMOND, René. (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; COORDEIRO JR, Raimundo Barroso (Orgs), *Cultura Histórica e Historiografia: legados e contribuições do século 20*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010. p. 37 a 68.

5 Para outra perspectiva da “Escrita de Si”, ver: FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é autor*: Lisboa: Passagens, 1992. p. 01- 11.



Levando em conta a questão da dimensão subjetiva dos escritos autobiográficos, observou-se a relevante preocupação em se estabelecer procedimentos metodológicos de críticas às fontes. Vale destacar que a maioria dos críticos de autobiografia concordam com o pensamento de Georges Gusdorf, que afirma que o “ato autobiográfico” é historicamente datado, tendo sua origem na modernidade, motivada pela valorização do indivíduo. Assim, o individualismo moderno teria proporcionado as condições necessárias para o surgimento de um tipo específico de escrita, aquela que evidenciaria a valorização do indivíduo em meio às estruturas sociais.

Nesse mesmo sentido Gomes (2006) destaca que,

A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar de produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser bem mais entendida a partir da ideia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos” (GOMES, 2004, p. 10).

Calligares (1998) já havia ressaltado tal fato:

A partir dessas premissas, não é difícil imaginar que o escrito autobiográfico ou o diário sejam em nossa cultura documentos privilegiados. Falar ou escrever de si - como reparou Foucault (1976) - é um dispositivo crucial da modernidade, uma necessidade cultural, já que a verdade é sempre e prioritariamente esperada do sujeito - subordinada à sua sinceridade (CALLIGARIS, 1998, p. 45).

Como aponta Gomes (2006), “embora o ato de escrever sobre a própria vida e a vida de outros, bem como escrever cartas, seja praticada desde há muito, seu significado ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno” (GOMES, 2004, p. 11).

A ilusão biográfica, vale dizer, a ilusão de linearidade e coerência individual, expressa por seu nome e por sua lógica retrospectiva da fabricação de sua vida, confrontando-se e convivendo com a fragmentação e a incompletude de suas experiências, pode ser entendida como uma operação intrínseca à tensão do individualismo moderno. Um indivíduo mutualmente uno e múltiplo, e que, por sua fragmentação, experimenta temporalidades diversas em sentido diacrônico e sincrônico” (GOMES, 2004, p. 13).

Ao analisarmos os escritos biográficos e autobiográficos de Lúcia Braga, buscamos compreender quais os elementos utilizados por ela na construção de sua imagem. Fugindo das armadilhas da ilusão biográfica⁶,

6 Conceito de Pierre Bourdieu. Ver texto: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.



não esperamos nos deparar com uma narrativa cronológica, linear e verídica dos fatos, mas com um conjunto de atos biográficos e autobiográficos, que podem contribuir para a compreensão da construção do seu “eu”.

Lúcia Braga é uma política paraibana, ex-primeira-dama do estado, que entrou na política partidária no ano de 1986, momento em que foi eleita deputada federal pelo Partido da Frente Liberal (PFL), com 92.324 votos. O processo de ascensão de Lúcia Braga à política institucional se deu por meio do primeiro-damismo, entendido como um conjunto de práticas desenvolvidas e efetivadas por um grupo de esposas de governantes, pautadas principalmente no assistencialismo e na filantropia. Ocupando a posição de primeira-dama da Paraíba entre os anos de 1983 a 1986, a futura deputada contribuiu para a legitimação da gestão de seu esposo, Wilson Braga, como também conseguiu se projetar no cenário central da política partidária, firmando-se como um importante nome da política paraibana entre as décadas de 1980 e 1990.

Aqui, devido à temporalidade tão próxima (década de 1980), cabe uma rápida discussão referente à da “História do tempo Presente”. Nessa perspectiva, trazemos a definição de Jean-Pierre Rioux⁷, ao afirmar que esse viés historiográfico seria “Um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas, é um pouco isto, a História do Tempo Presente.” (RIOUX, 1999, p. 50). O estudo da história do tempo presente, que durante tanto tempo foi objeto de resistências no meio historiográfico passou a ser, paulatinamente, aceito no seio do ofício do historiador brasileiro muito recentemente, apesar de ser um campo já consagrado na Europa. Pela sua “proximidade” temporal, a história do tempo presente carrega consigo grandes ressalvas, como o imenso cuidado no trato com as fontes. Como Delgado e Moreira destacam:

Na verdade, o tempo presente refere-se a um passado atual ou em permanente processo de atualização. Está inscrito nas experiências analisadas e intervém nas projeções de futuro elaboradas por sujeitos ou comunidades. Nesse sentido, o regime de historicidade do tempo presente é bastante peculiar e inclui diferentes dimensões, tais como: processo histórico marcado por experiências ainda vivas, com tensões e repercussões de curto prazo; um sentido de tempo provisório, com simbiose entre memória e história; sujeitos históricos ainda vivos e ativos; produção de fontes históricas inseridas nos processos de transformação em curso; temporalidade em curso próximo ou contíguo ao da pesquisa (DELGADO & FERREIRA, 2013, p. 25).

7 RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (Orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 39-50.

Também nessa perspectiva e, anteriormente às historiadoras brasileiras, Rioux afirma:

Essa história, de fato, por ser dita com testemunhas vivas e fontes proteiformes, porque é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão dos meios de comunicação, porque globaliza e unifica sob o fogo das representações tanto quanto das ações, pode ajudar a distinguir talvez de forma mais útil do que nunca o verdadeiro do falso. Pois ela tem como missão, como toda história diga deste nome, mostrar a evidência científica das verdades materiais diante do esquecimento, da amnésia ou do delírio ideológico, ela sem dúvida está mais apta a explicar do que a verdade estatística da enumeração, da qual somos tão apreciadores (RIOUX, 1999. p. 50)⁸.

86



Um dos motivos que levaram o desabrochar deste campo historiográfico seria a renovação da História Política. Dentro desse campo, nossa pesquisa se insere na medida em que a “Nova História Política” está ligada à noção de “poder”, não mais o poder de uma elite, mas também a discussão do estudo de micropoderes num ambiente cotidiano, no interior da família e nos discursos populares. Vimos o surgimento de uma História Política atrelada à uma História Vista de Baixo, na qual persistem as análises de temas tradicionais como partidos, eleições, biografias, bem como de novos objetos como a opinião pública, a mídia ou o discurso. Como afirma Rémond⁹, a nova história política se apodera de outros problemas que não lhe dizia respeito anteriormente, como a preocupação com o estudo da participação na vida política e seus processos eleitorais, integrando todos os seus atores, deixando de lado o caráter elitista e individualista da antiga história política (RÉMOND, 1996 p. 24)¹⁰.

Seguindo essa perspectiva, o objetivo deste trabalho foi analisar o processo de construção de si, protagonizado pela ex-primeira-dama paraibana, Lúcia Braga. Por meio da análise de dois livros autobiográficos, buscamos compreender como a personalidade se auto representa, quais as imagens que ela busca transmitir ao público, e como ela se posicionou frente a eventos e acontecimentos políticos narrados por ela.

8 Mais informações referentes à História do Tempo Presente ver: BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. FERREIRA, Marieta de M. História do Tempo Presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis (RJ), v.94, n.3, p.111-124, 2000.

9 RÉMOND, René. (Org.). *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

10 Mais informações sobre a Nova História Política ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. MOTTA, Rodrigo Pato (org.). *Cultura Política na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009. JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

No início da década de 1990, Lúcia Braga escreveu seu primeiro livro autobiográfico, intitulado *Tempo de viver, tempo de contar*¹¹. Este foi publicado em 1996 pela Editora A União. Nele, a ex-primeira-dama narrou passagens diferenciadas de sua vida pessoal e política. Em 2009, a ex-deputada paraibana escreveu e publicou outro trabalho autobiográfico, *A Casa da Palmeira*¹², no qual apresentou curtas narrativas referentes às pessoas com as quais teve alguma ligação no decorrer de sua trajetória. Passagens sobre família e amigos podem ser encontrados nesse texto, em maior quantidade que no primeiro escrito.

Interessante observar que a temporalidade em que Lúcia Braga escreveu e publicou livros sobre “si”, é exatamente aquela que Gomes (2006) aponta como sendo o espaço temporal de *Boom* de publicações de caráter biográfico e autobiográfico. Essa explosão de publicação desse tipo de escrita teria iniciado em meados da década de 1990, conquistando grande público, de escritores e leitores. “Cartas, diários íntimos e memórias, entre outros, sempre tiveram autores e leitores, mas na última década, no Brasil e no mundo, ganharam um reconhecimento e uma visibilidade bem maior, tanto no mercado editorial, quanto na academia (GOMES, 2004, p. 08).

Apesar dos escritos biográficos e autobiográficos serem mais visibilizados pelos literatos, esse estilo de escrita, não é campo exclusivo destes. Diferentes grupos sociais, incluindo homens e mulheres comuns, passaram a escrever sobre si. Outro grupo que bastante instigado pelos estilos biográficos e autobiográficos são os políticos. Nesse sentido, Gomes (2006) ressalta: “Como é óbvio, nem só literatos escrevem, sobretudo uma escrita de si. Comercialmente, políticos têm atrativo equiparável, especialmente quando alcançam lugar de na história de seu país” (GOMES, 2004, p. 08). Lúcia Braga, no contexto da política paraibana, alcançou, de fato, lugar de destaque na história política do Estado, e, tornar público uma narrativa de sua trajetória fez parte de uma estratégia da construção de sua autoimagem, caracterizando-se enquanto mãe e esposa presente, primeira-dama preocupada com os problemas sociais, política de atuação junto à população carente; como veremos no decorrer do texto.

Como aponta Calligares (1998)¹³, “Diários íntimos e autobiografias são escritos por motivos variados: respondem as necessidades de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido. Frequentemente, aliás, esses três aspectos se combinam” (CALLIGARIS, 1998, p. 43)¹⁴. Sobre as razões que a fizeram escrever sobre si, Lúcia Braga expõe alguns pontos.

11 BRAGA, Lúcia Navarro. *Tempo de viver, Tempo de contar*. João Pessoa: A União, 1996

12 BRAGA, Lúcia Navarro. *A casa da Palmeira*. João Pessoa: A União, 2009.

13 CALLIGARIS, Contardo. *Verdades de autobiografias e diários íntimos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 42-58, 1998.

14 Mais Biografia e autobiografia, ver: LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*: de Rosseau a Internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008; LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. (Org.) *Por uma História Política*, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.





Há muito tempo, pensava em fazer anotações sobre a minha vida, ainda sem preocupação de publicá-las. Certamente algumas emoções de alegrias e sofrimento vivenciadas por mim e guardadas no meu inconsciente iriam assomar à superfície e eu me beneficiaria com essa catarse. Foi, de início, a ideia dominante para a materialização deste livro, juntar detalhes da minha existência, para, analisando-os, recolher dividendos de crescimento interior. Aconteceu, no entanto, a experiência de uma viagem fascinante ao mais íntimo ser, trazendo-me alternâncias de sentimentos – amargos de sofrimento, gosto de lágrimas, mas especificamente o sabor de alegrias e emoções singelas de quem vive intensamente a vida, em cada instante, a cada hora. As minhas recordações fluíram livres, naturais. E me redescobri por inteiro, sem artificios, a cada página desse livro. Terminei desejando dividir a minha experiência com você, leitor. Talvez possa se identificar com essa narrativa simples, sem pretensões literárias, tão espontânea quanto o próprio viver. A você, peço indulgência e compreensão para com alguém que desejou tão somente contar a sua história com muita emoção, partilhando-a com aqueles que já experimentaram o sentido da alegria e da dor (BRAGA, 1996, p. 13).

De início, Lúcia Braga ressalta sua falta de pretensão em tornar público seus escritos de si, afirmando que não teria como objetivo ganhar méritos por eles. Em seguida expõe suas motivações relacionadas às emoções sentidas, positivas e negativamente. Por fim, numa linguagem simplista, que perpassa todo o livro, a personalidade busca afirmar que decidiu compartilhar seus escritos sem aspirações comerciais e/ou literárias. Vale ressaltar que esse tom desprendido e modesto é muito utilizado por ela durante toda obra, e aqui apontado como uma das grandes marcas de seus escritos, que, por meio deles buscou criar uma imagem de mulher desapegada, que não gostava de holofotes, e que sempre foi motivada por suas emoções.

No entanto, essa imagem pacífica e serena a qual Lúcia Braga pretendeu construir, muitas vezes foi rebatida pela historiografia (Cittadino (1999)¹⁵ e Mello (1993))¹⁶, que a apontava como uma política assistencialista, populista e clientelista, fazendo menção a sua atuação à frente da presidência da Fundação Social do Trabalho, espaço que ocupou durante o mandato de seu marido. Lúcia permaneceu no cargo entre os anos de 1983 a 1985, momento em que se afasta para se dedicar a sua campanha para deputada federal. Durante essa passagem, a então primeira-dama atuou junto à população carente do estado, desenvolvendo projetos de assistência a esses

15 CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1964 – 1986) In: *Estrutura de Poder na Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999 (Coleção História Temática da Paraíba, v.4).

16 MELLO, José Otávio de Arruda; SANTOS, Walter; PONTES, Francisco da Silva. *Poder e política na Paraíba*. Uma análise das lideranças locais. 1960-1990. 1º ed. João Pessoa: Ed. A União/API, 1993.

grupos. No entanto, vale destacar que as práticas utilizadas na execução desses projetos, muitas vezes, se confundiam como ações assistencialistas e filantrópicas, cujo objetivo verídico era legitimar o governo de seu esposo e construir no seio daquela população seu reduto eleitoral.

Seguindo a apresentação, o livro *Tempo de viver, tempo de contar*, possui um total de 206 páginas, dividido em quatro partes, das quais são compostas por algumas subdivisões que guiam o desenrolar da narrativa. Duas apresentações precedem o início da narrativa da autora. A primeira, escrita pelo jornalista Francisco Pereira da Nobrega, mais conhecido como “Padre Chico”, ex-assistente de JUC (Juventude Universitária Católica), grupo ao qual Lúcia esteve por muito tempo vinculado. Em seu texto, repleto de elogios à amiga, Francisco Pereira ressalta que o livro é destinado aos leitores e não leitores, e que o pertencimento de Lúcia Braga ao campo da política não tornou seus escritos partidários, mas humanos, marcados por memórias e experiências diárias. Ele finaliza com a seguinte frase: “Leia o que ela escreveu. Mais ainda, leia o que a autora deixou escapar de si mesma, sem se perceber” (Francisco Pereira Nóbrega) (BRAGA, 1996, p. 09).

A segunda apresentação foi escrita por Luiz Augusto da Franca Crispim, advogado e jornalista paraibano, muito próximo de Lúcia Braga. O texto saúda o ato de narrar e descrever histórias, destacando que um dos grandes diferenciais do livro apresentado é que “os acontecimentos que afloram à superfície do texto ganham voo próprio e até parecem independentes da autora, como se pudesse fluir por si mesmos para ocupar a dimensão que a história lhes reserva” (Luiz Augusto da Franca Crispim) (BRAGA, 1996, p. 11-12). Na mesma direção do “Padre Chico”, o advogado destaca que o mundo que Lúcia revela em seu livro, nada tem a ver com as intrigas e conflitos que povoam a política. Percebe-se que, também de forma estratégica, Lúcia Braga escolhe duas pessoas que corroborariam com sua empreitada da construção de sua autoimagem.

Tendo início a sua narrativa, na primeira parte do livro, intitulado “Luzes e Sombras”, Lúcia Braga traçou uma narrativa referente à sua infância, convívio familiar, juventude, trajetória educacional, ingresso no curso superior, casamento e filhos, sempre dando grande enfoque as emoções. Nascida em 13 de dezembro de 1934 na cidade de João Pessoa, Antônia Lúcia Navarro Braga, mais conhecida com Lúcia Braga, foi criada por sua tia materna, Amanda Toledo, chamada por ela de “mamãe Manda”. Passou a sua infância na casa de seu avô materno, o desembargador Joaquim Eloy Vasco de Toledo, localizada na rua da Palmeira nº 73, atual rua Rodrigues de Aquino. Filha biológica de Maria Augusta Toledo e João Navarro Filho, Lúcia foi separada de seus irmãos muito cedo, momento em que foi morar com sua tia, pessoa que a tomou como filha e lhe dedicou parte de sua vida.



De mamãe, como sempre chamei tia Amanda, recebi carinho extremado até. Só não fiz sair do seu útero. Mas, no aconchego do seu colo me aninhei, não somente quando bebê, mas até adolescente e jovem, quando precisava de calor humano, quando tinha problemas ou mágoas para desabafar, ou simplesmente quando estava feliz e queria dividir essa felicidade com ela, mãe dedicada que foi para mim, sorrindo quando eu sorria, triste se eu chorava, projetando nas minhas realizações o seu sentido de viver (BRAGA, 2009, p. 24).

Lúcia Braga traçou uma narrativa detalhada de sua infância e seu convívio na casa de seu avô, Vasco Toledo. O apreço da autora é tamanho, que um de seus escritos recebeu exatamente o nome *A Casa da Palmeira*, fazendo referência ao lar em que cresceu e viveu as primeiras experiências. Além desse apreço pela casa do avô, Lúcia Braga também deixou transparecer a mágoa carregada por ela por muito tempo em relação à sua mãe biológica. Lúcia Braga passou sua infância e adolescência ao lado de suas tias maternas, em especial aquela à qual a tinha como filha, Amanda. A ex-primeira-dama relatou sua infância de forma melancólica, oscilando entre uma tristeza/ mágoa, pelo abandono da mãe biológica, e uma alegria pela convivência com suas tias.

Como já mencionado, adotada por uma tia materna, ao se referir a seus pais biológicos, Lúcia Braga falou do pai como muito carinho e admiração. Da mãe Augusta, tentou esconder a mágoa, demonstrando compreensão, mas no decorrer de seus escritos a ausência da mãe se mostrou como um fator bastante incômodo à ela. Lúcia afirma ter sido influenciada por seu pai Antônio Navarro filho, o qual considera um homem firme, cheio de calor humano, cheio de bondade. Mas a mesma não conviveu tanto com ele (BRAGA, 1996, p. 29). Da mãe augusta, ela se manteve recuada até a juventude, momento em que se aproximaram mais. Maria Augusta engravidou de Lúcia com mais de 40 anos de idade, em plena década de 1930, encarando a gravidez com certa rispidez, fato que foi sentido por muito tempo pela filha.

Pertencente à uma tradicional família política paraibana, os Navarro, apesar de não conviver cotidianamente com seus pais biológicos, Lúcia cresceu em meio a um contexto no qual as conversas envoltas da política eram constantes. Lúcia Braga conviveu com “gente grande”, e ouviu música erudita na vitrola do avô, passou as férias nos engenhos dos parentes, onde vivenciou a diversidade de uma família extensa” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 174)¹⁷.

17 RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Mulher e Política na Paraíba*. Histórias de vida e luta. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba; Editora da UFPB, 2010. Ver também: RABAY, G.; CARVALHO, M.; SILVA, M. B. As Prefeitas Paraibanas de 2013 a 2016. In: FAZENDO GÊNERO 10 - DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS: Florianópolis, 2013. *Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 2010-Desafios Atuais dos Feminismos*: Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385662442_ARQUIVO_GloriaRabay.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2017.



A futura primeira-dama estudou no Colégio de freiras Nossa Senhora de Lourdes, mais conhecido como Lourdinias, desde as primeiras letras até o colegial. Moralistas e rígidas parecem ter sido os primeiros passos educacionais de Lúcia Braga. Passado o colegial, Lúcia Braga inicia o curso superior de Serviço Social em 1955, pela Faculdade de Serviço Social da Paraíba, formando-se em 1961, quando a referida instituição já havia sido integrada à Universidade Federal da Paraíba. De acordo com Lúcia, o Serviço Social era a área acadêmica que teria lhe apresentado sua vocação ideológica.

Optei pelo curso de Serviço Social, talvez pelo exemplo de mamãe, a pessoa mais caridosa que conheci. Minha visão social era nula. Não sabia sobre lutas de classes, injustiça social. Ricos e pobres sempre existiram, nos diziam no colégio. Somente conhecia o espírito generoso de mamãe, que me emocionava [...]. O curso de Serviço Social, especialmente a sua prática me trouxe o sentido ideológico que transforma vidas, levando-as a compromissos permanentes com a luta por uma sociedade mais justa e mais humana (BRAGA, 1996, p. 51 – 52).

Inserida no ensino superior, carregando consigo uma longa bagagem educacional moralista, Lúcia teria contato com novas formas de entender o mundo. “No início sua vocação era apoiada na visão cristã da época. Mesmo engajada no movimento estudantil, Lúcia não tinha inclinações esquerdistas” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 177). Iniciando o curso superior durante a década de 1950, Lúcia Braga se deparou com uma forma de assistência social que, por vezes, confundia-se com a caridade da Igreja, com a ajuda aos pobres, com o assistencialismo aos necessitados. Esse viés da assistência social modificou-se apenas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, momento em que a assistência social foi inserida ao campo das políticas públicas. Na prática, esse processo de mutação ideológica ocorreu num ritmo lento e heterogêneo. Enquanto primeira-dama, entre os anos de 1983 a 1986, Lúcia Braga ainda se valeu de seus valores cristãos, assistencialistas e filantrópicos em suas atuações. Em sua narrativa Lúcia Braga evidencia, em diferentes passagens, o desenvolvimento de práticas assistencialistas, não enxergando mal em praticá-las, e muitas vezes, negando-as enquanto tal, mas afirmava distribuir presentes, leite, cestas básicas, materiais de construção, como uma forma de “ajudar” a população necessitada. Como afirma Torres “A representação de papéis sociais de primeira-dama envolve uma dimensão simbólica que evoca valores cristãos, a figura do líder carismático e concepção de gênero fundadas na cultura do patriarcado” (TORRES, 2002, p. 192 -193)¹⁸.

Em 1957, Lúcia e Wilson Braga começam a namorar, e após quatro anos e meio de namoro os dois se casam em sete de outubro de 1961. A

18 TORRES, Iraildes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.



partir daí Lúcia iniciara sua caminhada junto a Wilson, não como candidata, mas como esposa de político. Seis anos após o casamento, em 1967, Lúcia Braga e seu esposo foram morar em Brasília. Três anos antes da mudança do casal para o Distrito Federal, iniciou-se no Brasil a Ditadura militar, que se estendeu até meados dos anos de 1980. Wilson Braga se elegeu deputado federal em 1967 pela ARENA, partido do governo, e com isso alinhou-se ao projeto político conservador do regime militar em voga. Em seu livro *Tempo de viver, tempo de contar*, Lúcia Braga relatou que nunca enxergou com bons olhos o partido que sem marido mantinha-se filiado, assim como diversos correligionários que frequentavam sua casa. No entanto, ressalta que “era a política de esquerda ou a paz no casamento”, e a última opção foi a seguida por ela. Lúcia Braga ainda salientou que ao respeitar as posições políticas de seu marido, estabeleceu com ele um acordo, no qual ele também iria respeitar seu convívio com pessoas ligadas às suas ideias. É claro que essas ligações de Lúcia Braga com pessoas contrárias ao governo foram estabelecidas de forma bastante camufladas, pois a boa imagem de seu marido junto aos arenistas não poderia ser manchada. No que diz respeito ao golpe estabelecido em 1964, Lúcia Braga afirmou ter sido contrária a ele, mas sem expressar publicamente seus posicionamentos, devido ao envolvimento de Wilson Braga com a ARENA, partido governista.

Os fatos destacados acima evidenciam que, se por um lado, em seus escritos Lúcia Braga relatou sua antipatia aos correligionários de seu marido e ao regime autoritário em voga no Brasil, almejando, com isso, construir um autoimagem de pessoa pública não vinculada aos grupos conservadores da direita política do momento, por outro, suas práticas não demonstraram esse afastamento, muito pelo contrário, a ex-primeira-dama nunca rompeu de fato com os interesses dos grupos oligarcas, os quais seu esposo e ela faziam parte.

Lúcia Braga ainda afirmou que no início do seu casamento não havia se identificado com a política partidária, destacando que na primeira campanha de seu marido após o matrimônio, não havia se posicionado publicamente.

Na primeira eleição de Wilson para deputado estadual, após nosso casamento, eu não sabia pedir um voto. Os eleitores de Conceição já iam para a urna com as chapas prontas e quando eu ousava, timidamente, perguntar o nome de seus candidatos e entregar-lhes a nossa chapa, não me davam o mínimo de atenção (BRAGA, 1996, p. 57-58).

O fato narrado por Lúcia Braga também possibilitou outro questionamento: Por que ela fez questão de dizer que não conhecia e que não era adepta ao mundo político? Afirmava, então, fazer parte então do mundo privado? Mesmo pertencendo ao mundo público, em sua fala Lúcia Braga

negou esse pertencimento, escondendo assim sua imagem de figura pública. Com base do modo da escrita de si, Lúcia Braga procurou criar uma representação de si, pautada na autoimagem de esposa, não se projetando ao mesmo patamar de seu esposo. Essa fala de Lúcia ainda reflete a ideia de que grande parte das mulheres, primeiras-damas, estiveram presentes nos bastidores das campanhas políticas eleitorais de seus maridos, mas de certa forma, não se enxergaram como protagonistas do processo. Diante disso, Rabay e Carvalho destacam que,

A exclusão das mulheres da direção pública e da representação política, ao longo da história precedente, não significa que elas tenham estado ausentes do jogo político. Antes e depois de conquistarem o direito ao voto, as mulheres sempre estiveram presentes nos bastidores, apoiando os homens na organização de partidos, comitês e campanhas eleitorais, bem como nos movimentos populares. Na representação legislativa e executiva é que sua participação é recente (RABAY; CARVALHO, 2010, p.13).

Seguindo sua narrativa, Lúcia Braga falou de seus três filhos e seu esposo de forma apaixonada e melancólica. Não conseguindo engravidar, Lúcia e Wilson adotaram três crianças, as quais inseriram em seu contexto familiar. Marcelo, seu filho mais velho, faleceu aos 41 anos, no ano de 2007 de um aneurisma aórtico. Casado, pai de três filhos, Thiago, Wilson Neto e Pedrinho, Lúcia evidenciou a pretensão de Marcelo em adentrar na política partidária, seguindo os caminhos dos pais. “Meu filho estava muito animado para disputar as eleições de 2008. Aspirava um mandato de vereador em Cabedelo” (BRAGA, 2009, p. 226).

Patrícia é a segunda filha do casal. Lúcia considerou a história de vida de sua filha ainda como uma chaga aberta em seu peito. Em 1988, Patrícia sofreu um acidente automobilístico no estado de Minas Gerais, ficando tetraplégica por mais de duas décadas. Patrícia faleceu em 2011, aos 43 anos. Lúcia descreveu de forma dolorosa essa passagem de sua vida, e ressaltou que seu “mundo caiu, até poucos instantes feliz, desabava. Dessa hora até hoje as luzes deram lugar às sombras, a noite substituiu o dia, a vida perdeu o encanto aos mais recôndito do nosso ser” (BRAGA, 1996, p. 19). O acidente de Patrícia influenciou de forma direta os rumos políticos de Lúcia Braga. Em 1988, ano do acidente, Lúcia estava no segundo ano de mandato junto à Câmara Federal, e era apontada como o nome mais forte eleitoralmente dentro do partido para concorrer às eleições para prefeitura da capital paraibana naquele mesmo ano.

Pelo lado do PFL, partido de Braga, o nome natural parecia ser o da deputada Lúcia Braga [...], mas quando acidente com a filha Patrícia afastou do páreo aquela parlamentar, o candidato das oposições tornou-se o próprio Wilson que, de-

envolvendo a técnica de arrastões nos bairros, ao invés de comícios do centro, venceu facilmente aos seis adversários que se habilitaram (MELLO, 1993, p. 225).

Vale destacar que na mesma época, Lúcia se afasta por um ano da sua condição de deputada federal para cuidar de sua filha Patrícia, retomando as atividades parlamentares em 1989.

A terceira filha do casal é Mariana. A mais nova, hoje aos 28 anos, é formada em Direito e, de forma ainda discreta, parece se interessar bastante pela política partidária, chegando a ser apresentada por Wilson em algumas ocasiões como sua futura sucessora. O casal Braga adotou Mariana logo após o acidente da primeira filha, Patrícia.

Em relação ao seu esposo, Lúcia Braga destacou que, apesar de alguns conflitos ideológicos, Wilson é um esposo compreensível em relação às suas posturas. Com esse discurso, Lúcia acabou criando assim uma representação de si enquanto portadora de características como mãe amorosa, pessoa caridosa, companheira fiel e atenciosa, atributos típicos do que ficou estabelecido socialmente como primeira-dama.

Lúcia Braga narrou, mais pontualmente, passagens sobre sua família em seu último livro autobiográfico, *A Casa da Palmeira* (2009). Dividido em sete partes, o referido livro é composto por 327 páginas, das quais aparecem relatos referentes à família biológica, ao seio familiar que em que Lúcia cresceu, as amizades de infância e ao núcleo familiar que se constituiu ao lado de seu esposo Wilson Braga. Na primeira parte, de forma muito carinhosa, Lúcia Braga fala de sua mãe Amanda, seus tios, tias, primos e primas que marcaram a sua infância. Momento da vida sempre lembrando fazendo referência à convivência na casa de seu avô, o desembargador Vasco Toledo, a casa da Palmeira. A segunda parte do livro é dedicado a seu avô, seu pai e os acontecimentos que marcaram a década de 1930 na Paraíba, em especial a “Revolução de 1930”. Acontecimento importante narrado por Lúcia Braga diz respeito à perseguição que seu avô e seu pai sofreram do governador da Paraíba à época, João Pessoa.

Sua forma drástica e “açoada” de governar, mesmo com a intenção modernizadora, visando derrubar oligarquias, tentando mudanças bruscas na estrutura política do Estado, modificações que poderiam com melhor êxito, serem realizadas gradativamente, valeram-lhe admoestações do seu mentor e tio Epitácio Pessoa, que lhe aconselhava moderação nas ações políticas [...]. Daí, a perseguição ao meu avô, desembargador Vasco de Toledo, que concedeu Habeas Corpus aos motoristas, no célebre caso das porteiras, lei arbitrária de João Pessoa (BRAGA, 2009, p. 98).

Ao final do livro citado no parágrafo acima, em anexo, Lúcia expõe uma foto do *habeas corpus* concedido por seu avô. A autora objetiva atri-



buir a seus escritos o sentido de verdade, pautado na “comprovação” de seu argumento.

Nesse sentido, como destaca Gomes (2006),

Nesse aspecto, o tema da verdade como sinceridade, como ponto de vista e de vivência do autor do documento, foi situado e discutido de maneira contundente. Isso porque a escrita de si assume a subjetividade de seu ator como dimensão integrante de sua linguagem, constituindo sobre ela a ‘sua’ verdade. Ou seja, toda essa documentação de ‘produção do eu’ é entendida como marcada pela busca de um ‘efeito de verdade’ [...] (GOMES, 2004, p. 14).

Na terceira parte do livro Lúcia Braga falou de sua família paterna, os Navarro, tradicional linhagem familiar atuante na política paraibana. Lúcia faz questão de deixar claro que sempre foi mais próxima de sua família materna, mas também faz questão de evidenciar o grande apreço que sentia pelo pai, João Navarro Filho. Na quarta parte, Lúcia descreveu sua relação com alguns amigos, como Yolanda Fernandes Mendes, sua amiga de infância, que continuou ao seu lado após sua entrada na vida pública. Ao assumir a presidência da Fundação Social do Trabalho (FUNSAT), durante o governo de seu esposo (1983 a 1986), Lúcia Braga escolhe Yolanda Fernandes para assumir o cargo de vice-presidente da instituição. Pessoa de grande confiança de Lúcia Braga, Yolanda também assumiu a direção da Revista da Funsat, periódico informativo e oficial da instituição.

A quinta parte é marcada por intensas lembranças de Lúcia Braga relacionadas à Rádio Tabajara e a influência que esta teve sob sua vida. Lúcia lembrou as tardes de domingo guiadas ao som da rádio, das reuniões de amigos da calcada da Tabajara. Lembrou também dos primeiros romances embalados pela Rádio Tabajara. Na sexta parte do livro, a ex-primeira-dama direcionou seus escritos ao colégio das Lourdinhas. Espaço que vivenciou as primeiras experiências educacionais e constituiu suas primeiras amizades, a exemplo de Yolanda Fernandes Mendes. Por fim, a sétima parte faz menção ao núcleo familiar constituído pelo seu matrimônio. Assim como acontece no livro *Tempo de viver, tempo de contar*, a passagem referente à filha Patrícia é narrada com muita emoção e dor. Os dois livros foram escritos após o acidente que deixou sua filha tetraplégica, mas enquanto ela ainda estava viva. Patrícia faleceu em 2011. Assim, seus relatos relacionados à filha são marcados pelo misto de dor, força, esperança e felicidade. A dor causada e sentida pelo acidente, que segundo Lúcia, “tirou parte do brilho de sua vida, ao deixar sua filha em um estado de saúde considerado irreversível”. Força, pois mesmo passando por esse delicado momento, ela teve que retomar suas atividades de deputada federal, continuar apoiando seu esposo e chefiando seu lar. Esperança, pois mesmo grande parte dos médicos desacreditando na recuperação de



sua filha, esta permanecia com eles duas décadas após o acidente. Alegria, por cada gesto de Patrícia.

Em nenhum de seus escritos, Lúcia Braga mencionou o fato de seus filhos serem todos adotados, nem relacionou tal escolha ao fato dela também ter crescido com uma mãe adotiva, mesmo sendo sua tia. A historiografia também não esclarece o porquê da escolha do casal Wilson e Lúcia Braga. Vale destacar, dessa forma, que apesar de Lúcia Braga aparentar objetivar criar uma imagem de esposa e mãe amorosa e dedicada, ela não se faz valer desse fato, as três adoções, para reafirmar sua imagem.

Profissionalmente, Lúcia Braga se apresenta como uma mulher realizada. Ainda estando no curso superior, começou a trabalhar no Serviço Social da Indústria (Sesi), na capital paraibana, exercendo a função até 1958, quando se transferiu para o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), também em João Pessoa. Em 1967, foi morar com toda família em Brasília, onde tempos depois assumiria o cargo de supervisora de um grupo de concluintes de Serviço Social, estagiários do Instituto Brasileiro de Educação Social (IBES), comunidade paroquial. Lúcia relata que após o Congresso aprovar o Ato Institucional nº 5, em 1968, o salário de seu marido, então deputado federal, caíra pela metade. Dessa forma, a convite de Germana Guedes Barbosa, assumiu um cargo no Serviço Social da Indústria (SESI). Aqui, mais uma vez Lúcia Braga busca justificar seu acesso ao mundo público, no caso o mundo do trabalho, como se o fato necessitasse de justificativa, fortalecendo a imagem do binômio privado *versus* público, cabendo o primeiro às mulheres e o segundo aos homens.

Na construção de sua autoimagem, aparentemente, Lúcia insinuou que aceitou trabalhar no Instituto Brasileiro de Educação Social pelo fato do salário do seu marido ter diminuído, e não por vontade própria ou por objetivar se inserir em um dos espaços possíveis de atuação profissional. A escrita autobiográfica de Lúcia evidencia que, mesmo escrevendo sobre si, ela apresenta uma perceptível preocupação com a construção ou na firmação da imagem do seu marido Wilson Braga. Justificando suas ações, relativizando os embates ideológicos com Wilson, expondo suas renúncias, mais que política, Lúcia se mostra enquanto esposa de Wilson Braga.

Retomando o livro *Tempo de viver, tempo de contar*, com essa passagem referente à vida profissional, Lúcia encerra a primeira parte desde livro. Na segunda, intitulada “o compromisso com o social”, Lúcia Braga narrou sua entrada na vida pública, apontado aspectos relacionados à campanha de seu esposo em 1982, sua atuação em seu governo e sua vitória eleitoral em 1986.

Como mencionado, anteriormente, entre os anos de 1983 a 1985, Lúcia Braga assumiu a presidência da Fundação Social do Trabalho, Funsat, em João Pessoa, durante o governo de seu marido.



Ocupei no governo do meu marido um cargo importante como presidente da Fundação Social do Trabalho, criada para substituir grande parte da atuação da antiga Secretaria Social do Trabalho, que passou a ser denominada de Secretaria de Serviços Sociais. A Funsat teve o mérito de inovar a Paraíba com um trabalho de base junto à periferia (BRAGA, 1996, p.77).

Foi a partir dessa atuação que Lúcia passou a trabalhar mais diretamente com o meio social, com as situações de risco em que viviam os moradores dos bairros periféricos da capital paraibana. Durante todo o governo de Wilson, Lúcia atuou de forma intensa nos setores citados acima, construindo uma popularidade entre eles. Vale apontar o ano de 1982 como marco inicial da carreira política de Lúcia Braga, que mesmo sem participar de forma direta da política partidária, foi base da gestão do governo, desenvolvendo vários projetos, construindo seu capital político.

Após ser idealizada, a Fundação Social do Trabalho foi, então, implantada ainda no início do governo de Wilson, em março de 1983, por meio do Decreto 4.454. A sede da instituição se localizava na Rua das Trincheiras, nº 262, Centro da capital do Estado.

Como Lúcia bem salienta acima, a Funsat surgiu de uma modificação estrutural ocorrida no interior da Secretaria do Trabalho e Serviços Sociais (SETRASS). Esta passou a se chamar Secretaria de Serviços Sociais, e teve suas atividades ligadas ao campo de atuação da então criada Fundação Social do Trabalho. Como aponta Mello (1993), a Fundação foi criada e transformada em verdadeira subsecretaria.

É por meio de sua atuação à frente da Funsat que Lúcia Braga conseguiu se projetar politicamente, constituindo seu colégio eleitoral nos bairros periféricos da capital paraibana, espaço onde atuou durante seu trabalho na Fundação. Em relação à essa experiência de sua vida, Lúcia Braga a narrou de forma enfática, buscando sempre construir uma imagem de primeira-dama, que fugiu das ações de cunho filantrópicos e assistencialistas. No entanto, uma das maiores críticas ao seu trabalho e a ela própria, diz respeito às práticas assistencialistas e controladoras encabeçadas pela primeira-dama do estado. Eventos como distribuição de cestas básicas, materiais de construção, leite, entre outros produtos, foram denunciados cotidianamente pela imprensa paraibana da década de 1980, principalmente por meio do jornal *Correio da Paraíba*, bem como pela historiografia local.

No tocante à participação efetiva na política partidária, a primeira candidatura de Lúcia Braga ocorreu em 1986. Candidata ao cargo de deputada federal, Lúcia foi eleita a primeira mulher paraibana a assumir tal cargo, com uma votação considerável de 92.324 votos, sendo a terceira mais bem votada do Estado. No que se referiu à esta eleição, Lúcia Braga destacou que não tinha intenção de se candidatar. Nas suas palavras, tinha um projeto social, não se tinha um projeto político. Aproveitava o





espaço para fazer assistência social, consciente das oportunidades e limitações político-institucionais, do seu vínculo com Wilson Braga e da posição dele naquela conjuntura política (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 182). Mais uma vez é possível notar certo recuo de Lúcia Braga quando sua fala é voltada para suas atuações públicas. Dessa vez no âmbito político, a assistente social insiste em afirmar não ter pretensões em se inserir na política partidária, mas assim o faz, permanecendo lá mais duas décadas. Enfatizando uma autoimagem mais próxima de primeira-dama, esposa de político, atuante mais num segundo plano, Lúcia almeja pontuar a política como um acaso em sua vida. Fato questionável, se levado em conta todo o contexto de pertencimento familiar, matrimônio, alto grau de instrução, portando dois relevantes cursos para o mundo político, em especial o Bacharel em Direito, assim como suas ações junto ao governo de seu marido durante os anos de 1983 a 1986.

Iniciando a terceira parte do livro *Tempo de viver, tempo de contra*, “o direito de ser mulher”, Lúcia Braga fala dos desafios de ser mulher e atuar num campo habitado em sua grande maioria por homens. Lúcia Braga destaca que ao ser eleita para a Câmara Federal trazia consigo uma bagagem de luta, discriminação e perseverança, ressaltando que sua candidatura não foi bem vista pelos correligionários de Wilson da época da campanha. A ideia de Lúcia ajudar seu marido era muito bem aceita, no entanto, ela mesmo estando à frente de uma campanha partidária de tamanha importância teve seus questionamentos. A esse respeito Lúcia relatou que:

Nos comícios eu era a última a ocupar o microfone, por conta das ameaças de alguns políticos ao meu marido, de largar a campanha se ele me desse maiores chances. Isso, fora as difamações e fofocas engendradas em torno do meu nome. Tinha que aceitar as condições sufocando a revolta, pois Wilson era candidato ao Senado e precisava do voto daqueles que me discriminavam. Mesmo assim, a Paraíba me elegeu para a Câmara Federal, onde tive a oportunidade de participar de um grande momento histórico da vida nacional deste país – a elaboração da nova Constituição de 1988 (BRAGA, 1996, p. 122).

Atuando enquanto coadjuvante, o trabalho de Lúcia Braga parece ter sido muito bem aceito e até inteligentemente explorado no mundo político. No entanto, ao assumir posturas protagonistas, se candidatando ao cargo de deputada federal, algumas resistências foram notadas no interior do próprio partido. Evidenciando o sexismo presente na política partidária, ainda ocupado majoritariamente por homens, as mulheres que nele se inserem passam por esse tipo de problema enfrentado por Lúcia Braga. No entanto, também vale destacar que as principais críticas direcionadas à Lúcia Braga diziam mais respeito às suas posturas políticas e a seu pertencimento familiar, do que a questão de gênero.

Contrariando suas posturas enquanto primeira-dama, sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte, foi marcada por sua postura progressista, mais alinhadas às demandas populares e sociais, muitas vezes votando contrariamente ao que era defendido pelo PFL, partido pelo qual tinha sido eleita. Votou favoravelmente a todas as emendas de interesse dos trabalhadores e das mulheres.

Compondo seu conjunto da construção de si, também como ato biográfico, na quarta e última parte do livro *Tempo de viver, tempo de contar*. Lúcia Braga trouxe uma série de fotos que marcaram a sua trajetória pessoal e política. Fotos dos familiares, dela com seu esposo e com seus filhos, ela atuando na vida pública. Lúcia Braga tentou mostrar aos leitores, ou construir uma imagem, de uma Lúcia não tão conhecida por eles.

Assim, por meio da escrita e publicação de seus dois livros, Lúcia Braga buscou construir uma imagem de mulher pública, sem abrir mão de uma caracterização relacionada à esfera privada. Dedicou a maior parte de seus escritos às questões de cunho doméstico/familiar, como a “rejeição” sofrida pela mãe biológica na infância, as concessões realizadas ao seu marido em busca de um matrimônio harmonioso, o acidente de sua filha Patrícia. Fala dessas passagens de forma mais empolgante, sem problematizar o caráter político de suas ações no interior da esfera privada.

Ao se reportar sobre a sua atuação na esfera pública, mundo do trabalho ou mundo político, nota-se um recuo da personalidade, sempre se colocando como coadjuvante desses espaços, justificando sua entrada e permanência neles, e até negando uma afeição a esse pertencimento. Enaltece, sempre que pode, a imagem do marido, como homem bom, honesto e correto. Mesmo seu esposo sendo alvo constante de críticas, Lúcia Braga se mostra como sua grande defensora. Wilson Braga, durante seu mandato de governador do estado, teve seu nome envolvido no assassinato do jornalista e empresário Paulo Brandão Cavalcanti Filho. Wilson foi apontado como um dos mandantes do crime que ocorreu em 13 de dezembro de 1984. Paulo Brandão era dono do jornal “Correio da Paraíba”, que na época acusava Braga de praticar irregularidades no governo paraibano. Em seu livro *Tempo de Viver, tempo de contar*, Lúcia Braga afirma que seu marido foi vítima de graves acusações, mas que o fato jamais teria manchado sua imagem de homem público. Em diversas outras ocasiões, inclusive durante pronunciamentos enquanto deputada constituinte, Lúcia Braga fez uso da plenária para defender a honra de seu esposo

Constata-se, dessa forma, que em conjunto com a construção de uma autoimagem enquanto esposa zelosa de seu casamento, mãe amorosa e política por acaso, Lúcia Braga também almeja também construir, ou reforçar, uma imagem de seu marido, Wilson Braga, enquanto político exemplar, muitas vezes justificando sua ausência no convívio e na divisão da vida doméstica, como fator necessário para sua atuação pública.

